

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 9h 15min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a 50ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 18ª Reunião Extraordinária; Informes; Definição dos Representantes do CEHIDRO no Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – Res. CNRH 152/2013; Apresentação das metas contratuais da CAB Cuiabá; Apresentação e Apreciação do Parecer de Pedido de Vista pelo conselheiro Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA-MT, referente às Minutas de Resoluções nº 65 que revoga o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro de 2009, nº 66 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Coxipó no município de Cuiabá/MT, nº 67 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Barbado no município de Cuiabá/MT, nº 68 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Ribeirão do Lipa no município de Cuiabá/MT e nº 69 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio São Gonçalo no município de Cuiabá/MT; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Leandro Marachin, representante da SEMA; Sra. Telma Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Margarida Marchetto e Sr. Rafael Pedrollo de Paes, representantes da UFMT; Sra. Sara Suely Attilio Caparossi, representante da ABES; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante dos Comitês; Sra. Jeannie Rosa Silva, representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA; Sr. Fábio de Castro e Souza, representante da ALTO JAURU ENERGETICA; Sr. André Luiz Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Nívea Patrícia Nunes Nascimento, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Pedro Geraldo Siviero, representante da GUARANTÃ ENERGIA; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto e Sr. Hélio Luiz Castro, representando a CAB Cuiabá.. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que informou aos conselheiros que o Sr. Ilson Sanches, Presidente

do CEHIDRO em Substituição, não poderia comparecer à esta reunião devido a compromissos pré-agendados. Em seguida, o Secretario Executivo colocou em apreciação a Ata da 18ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Presidente em Substituição colocou em votação a Ata da 17ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada. Dando continuidade à pauta, o Secretário Executivo iniciou os informes passando a palavra à conselheira Alessandra Panizi que apresentou a Cartilha de calendário das Obrigações Ambientais, destacando que a mesma possui todos os dados e datas de obrigações ambientais federais e do Estado de Mato Grosso, destacando que a mesma será publicada anualmente. Em seguida o Secretario Executivo informou aos conselheiros que no dia 23 de maio foi dada posse aos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da margem Esquerda do baixo Teles Pires, destacando que este é o 3º comitê implantado oficialmente no Estado. Em seguida colocou aos conselheiros que nos dias 05 e 06 de junho ocorrerá a X Semana do meio Ambiente, no Parque Mãe Bonifácia, convidando os conselheiros a participar. Informou aos conselheiros que será necessário convocar uma reunião da CTAS para tratar da outorga em tanques escavados, a qual é uma demanda da SEMA, ponderando que a mesma será feita por email posteriormente. Dando continuidade à pauta, o Secretario executivo passou à Indicação do CEHIDRO para as vagas no Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região do Paraguai, de acordo com a Resolução CNRH nº 152/2013, passando a palavra à Secretaria do CEHIDRO, a qual colocou que os candidatos foram, vaga de usuário no setor de Abastecimento/Saneamento a Cab Cuiabá, para a vaga de usuário no setor de Industria a FIEMT, para a vaga de usuário no setor de Hidroeletricidade a Araguaia Geradora de Energia, para a vaga de sociedade civil no setor de entidades de ensino e pesquisa a UFMT e para a vaga de sociedade civil no setor de Organizações Não Governamentais se candidataram a ABES, o IPAC, e o AÇÃO VERDE. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que somente se deveram ser considerados os membros suplentes da Plenária quando nenhum titular manifestar interesse à vaga, o que foi aprovado pelos conselheiros, retirando-se assim a candidatura do IPAC como sociedade civil no setor de Organizações Não Governamentais. Ratificou-se a indicação da CAB Cuiabá, FIEMT, Araguaia Geradora de Energia e UFMT por unanimidade e colocou-se em votação a indicação para a vaga de sociedade civil no setor de Organizações Não Governamentais, a Ação Verde recebendo dois votos e a ABES sete

69 votos, sendo a ultima eleita por maioria simples. O Secretario Executivo passou então à  
70 apreciação da Minuta de Moção a inclusão de representantes dos Comitês de Bacia  
71 Hidrográfica Estaduais instituídos e dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento  
72 Econômico e Sócio-ambiental do Estado de Mato Grosso no Grupo de Acompanhamento  
73 da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraguai,  
74 instituído pela Resolução nº 152 de 17 de dezembro de 2013, ponderando que esta foi  
75 uma solicitação da Plenária em reunião anterior e destacando que não pode garantir que  
76 será feita a inclusão, pois a Resolução nº 152 já encontra-se em vigor, porem irá levar  
77 esta demanda ao CNRH se aprovada. Colocou em votação a Minuta de Moção, a qual foi  
78 aprovada com doze votos a favor, três votos contrários (FIEMT, Agropecuária Chapada  
79 dos Guimarães e Alto Jauru Energética) e nenhuma abstenção. Dando continuidade à  
80 pauta, o Secretário Executivo passou a palavra ao conselheiro Hélio Castro para  
81 apresentar as metas contratuais da CAB Cuiabá em relação ao Esgotamento Sanitário. O  
82 conselheiro Hélio Castro iniciou a colocando que o Plano Municipal se divide em cinco  
83 sub bacias, sendo elas Ribeirão do Lipa, Parque Cuiabá, Dom Aquino, Tijucal e CPA,  
84 porem ainda esta sendo avaliado se está é a melhor divisão. Apresentou as cinco sub  
85 bacias, as principais ações executadas e a projeção da evolução da coleta e tratamento  
86 de esgoto em cada uma. Encerrou sua apresentação agradecendo o espaço e abrindo  
87 para perguntas. A conselheira Sara Caporossi questionou se o sistema de coletas esta  
88 sendo feito baseado no projetado hoje, ao que o conselheiro Hélio Castro respondeu que  
89 inicialmente esta se buscando igualar coleta e tratamento. A conselheira Sara Caporossi  
90 questionou se esta se prevendo fazer a rede coletora em toda a área, ao que o  
91 conselheiro Hélio Castro respondeu positivamente, ao que a conselheira Sara Caporossi  
92 questionou se no bairro tijucal já existe efetivamente 90% de coleta, ao que o conselheiro  
93 Hélio Castro respondeu que neste esta se utilizando o sistema misto, destacando que  
94 esta se fazendo um trabalho de reabilitação da ETE Dom Aquino, porem que na época de  
95 chuva não é viável se fazer o tratamento de todo o volume coletado pelo sistema misto. A  
96 conselheira Sara Caporossi questionou se não esta contemplado a separação total do  
97 esgoto das galerias pluviais, sendo respondida pelo conselheiro Hélio Castro que tem de  
98 ser avaliado se haverá a ligação do esgoto na rede, o que não esta ocorrendo,  
99 ponderando que fazer a ligação não é uma prerrogativa da concessionaria, tem que se  
100 verificar a viabilidade de se fazer uma grande intervenção no centro da cidade para fazer  
101 o sistema de separação total. O Sr. Cesário, presidente do Sinduscon, colocou que não  
102 foi colocado no projeto de lei que seria um sistema misto, e sim um sistema de separação

total, sendo inclusive a base para discussão o grande investimento necessário a ser feito pelo município, sendo complementado pela conselheira Sara Caporossi que inclusive se comentou na época que a CAB teria um susto quando fosse fazer obras no centro da cidade para fazer a rede de coleta, pois se pressupunha que seria separação total. O Sr. Cesário questionou se a população levada em consideração nos dados percentuais apresentados é a população do diagnostico ou o crescimento populacional projetado. O Sr. Robson Tadeu Pereira, representando a CAB Cuiabá, respondeu que a CAB é final de processo, e seu contrato esta baseado no plano municipal de saneamento, o qual deve ser inclusive discutido novamente no ano que vem, ponderando que pode se universalizar a coleta de esgoto de acordo com a capacidade de pagamento do consumidor, porem não é cultura da população pagar pela agua. Destacou ainda que o contrato da CAB é de metas, e novas metas podem ser incluídas, e colocou que o crescimento considerado no plano é o crescimento vegetativo da população, e não uma demanda de deslocamento da população que foi colocada pela Sinduscon, a qual impacta na tarifa. O Sr. Cesário colocou que o plano não prevê nem a desagregação típica da população de Cuiabá nem o aumento da população pela migração. O Sr. Robson Pereira ponderou que existe capacidade excedente em alguns pontos, como na ETE Dom Aquino, ao que o Sr. Cesário ponderou que existe um perímetro em que as empresas de construção podem atuar e é papel da prefeitura levar as concessões ate lá. A conselheira Sara Caporossi colocou que os dados apresentados não são reais, ponderando que não existe esta coleta e este tratamento em Cuiabá, destacando que são necessários os dados reais para se possibilitar uma avaliação. O Secretario Executivo colocou que o Plano Municipal de Saneamento pode ser revisado e estas informações devem ser levadas ao trabalho com o Plano. O Sr. Robson Pereira complementou que inclusive se verifica que existem melhores formas de divisão do município para potencializar o atendimento à cidade, ponderando que a longo prazo as metas apresentadas serão atingidas, mesmo que no momento não estejam. A conselheira Telma Monteiro colocou que o Plano Municipal de Agua e Esgoto não foi amplamente discutido com a sociedade, ponderando eu o setor de Saúde foi excluído do processo e que o mesmo não foi feito de forma a propiciar uma ampla discussão, destacando que este é o momento de verificar como deve ser feita esta participação efetiva na reformulação que será feita no ano que vem. A conselheira Alessandra Pazini ponderou que seria importante para a participação na revisão do plano a divulgação dos dados reais, ao que o Sr. Robson Pereira respondeu que estes dados se encontram disponíveis no site da AMAE. A conselheira Alessandra Panizi ponderou então

que a CAB deveria ter apresentado os dados reais, já que estão disponibilizados, podendo inclusive justificar porque apresentam estes números. O Sr. Robson Pereira colocou que nos três primeiros anos foram feitas obras que estão fora do plano, destacando que neste período deveria ser priorizado o abastecimento de água, ponderando que está sendo solicitado um adiantamento de informações que ainda encontram-se em fase de estudo. A conselheira Telma Monteiro sugeriu que o Conselho solicite o relatório de avaliação do Plano com as metas. O conselheiro Jesse Rodrigues colocou que foi enviado junto com a pauta o parecer feito por ele sobre o enquadramento, destacando que estes pontos serão discutidos depois e sugerindo que se passe ao próximo item da pauta. O Sr. Cesário ponderou que a dificuldade da participação da sociedade organizada se deveu a uma falta de divulgação, sugerindo que a CAB fizesse uma ampla divulgação da revisão do Plano, mesmo que isto não esteja entre as suas responsabilidades. O Secretario Executivo passou a palavra ao conselheiro Jesse Rodrigues, para que o mesmo apresentasse seu Parecer do Pedido de Vista referente às Minutas de Resoluções nº 65 que revoga o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro de 2009, nº 66 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Coxipó no município de Cuiabá/MT, nº 67 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Barbado no município de Cuiabá/MT, nº 68 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Ribeirão do Lipa no município de Cuiabá/MT e nº 69 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio São Gonçalo no município de Cuiabá/MT. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse criada uma Câmara Técnica ou um Grupo de Trabalho para discutir as metas intermediárias para estes corpos hídricos e também regulamentar o procedimento a ser adotado para realizar o enquadramento transitório em novos corpos hídricos. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que o enquadramento transitório é uma exceção concedida na Resolução CNRH nº 91, e que o Conselho deve ponderar sobre a necessidade de regulamentá-lo e assim transforma-lo em regra, sendo complementado pelo Secretario Executivo que a intenção é que se faça o enquadramento formal. O conselheiro Jesse Rodrigues leu trechos do Parecer, destacando que solicita a inclusão de metas intermediárias e que o enquadramento deve ser melhor discutido no CEHIDRO, lendo as ações e proposições constantes do seu parecer e encerrou pedindo aos conselheiros que contribuíssem caso tivessem algo a acrescentar. A Secretaria do CEHIDRO colocou que deve ficar claro para os conselheiros a diferença entre o enquadramento dito formal, que demandam estudos, diagnósticos e reuniões públicas, e o enquadramento transitório, que

171 é um exceção apresentada na Resolução CNRH nº 91 a ser utilizada quando não é viável  
172 a realização destes estudos e atendendo ao uso preponderante mais restritivo encontrado  
173 no corpo hídrico, ponderando ainda que existe diferenças entre as metas intermediárias  
174 do corpo hídrico e as metas intermediárias de cada usuários, destacando que estas  
175 ultimas são definidas em portaria de outorga e não cabe sua colocação em resolução, e  
176 que a somatória destas metas de usuários que levará a atingir a melhoria no corpo  
177 hídrico, apresentada como meta intermediária deste corpo hídrico. A conselheira Sara  
178 Caporossi colocou que devemos buscar a melhoria do corpo hídrico, pois de outra forma  
179 a preocupação não tem valor nenhum, ponderando que se mantiver em classe 4 iremos  
180 perder o controle dos recursos hídricos em quatro anos. O Secretario Executivo ponderou  
181 que a SEMA trouxe ao CEHIDRO para dar conhecimento do que esta ocorrendo e para  
182 que o Conselho auxilie na realização do enquadramento dito formal. O Sr. Cesário  
183 colocou que entende que a SEMA não tem condições de realizar o enquadramento dito  
184 formal, porem destacou que não são somente nestes corpos hídricos que existem  
185 problemas e ponderou que deve ser viabilizado o mesmo processo de enquadramento  
186 para corpos d'água onde seja necessário. O Secretario Executivo respondeu que é  
187 especifico para estes corpos d'água devido a ser esta a única demanda que esta na  
188 SEMA, porem não significa que iremos negar esta possibilidade em casos posteriores. A  
189 conselheira Alessandra Panizi colocou que entende que existe a diferença entre o  
190 enquadramento formal e o transitório, porem ponderou que não existem sanções caso o  
191 governo não realize o enquadramento dito formal no prazo de cinco anos nem metas para  
192 a melhoria do corpo hídrico, destacando que não é contrária ao enquadramento transitório  
193 porem é necessário se colocar garantias mais palpáveis nas resoluções. O conselheiro  
194 José Ferraz colocou que para se chegar longe deve se dar o primeiro passo e assumir os  
195 erros, sugerindo que fosse colocado em votação a aprovação ou não da proposta do  
196 conselheiro Jesse Rodrigues, pois todos os conselheiros já foram suficientemente  
197 esclarecidos e o Conselho esta perdendo tempo com preciosismos. A conselheira Luciana  
198 Barreto colocou que a CAB esta pedindo a outorga há quatro anos e postergando um  
199 problema real e que sem o enquadramento dito formal não temos dados nem estudos  
200 para estabelecer metas intermediárias ou a classe a ser enquadrado o corpo d'água,  
201 somente o uso preponderante mais restritivo. O Sr. Robson Pereira complementou que  
202 esta questão já foi discutido com o Ministério Público e o mesmo deve acionar o Estado  
203 por não realizar o enquadramento dito formal, destacando eu este é tudo que queremos,  
204 porem o possível para melhorar o corpo hídrico é através da universalização da coleta do

esgoto, que somente será possível se a CAB obtiver a outorga e consequentemente o licenciamento para conseguir o financiamento necessário. O conselheiro Jesse Rodrigues ponderou que não quer negar o enquadramento transitório, somente melhorar o que foi proposto. A conselheira Sara Caporossi ponderou que a repercussão da decisão do CEHIDRO não se limitará somente à Cuiabá, destacando que a presidente da ABES já entrou em contato com ela para saber do resultado da discussão. A conselheira Jeannie Silva colocou que a discussão não está avançando, somente se repetindo argumento já colocados, sugerindo que seja votada logo a questão. O Secretario Executivo ponderou que o CEHIDRO é democrático e por esta razão assuntos ditos polêmicos deverão ser sim discutidos até o completo entendimento das partes, nem que para isto sejam necessárias várias reuniões. O conselheiro Pedro Siviero colocou que deve ser estabelecidas condicionantes, destacando que o texto da forma como se encontra não pode ser votado e sugerindo que se elabore melhor o texto referente ao prazo de validade da resolução e se incluam metas intermediárias. O Secretario executivo colocou em votação então duas propostas, sendo a primeira a aprovação da Minuta como está, que recebeu o voto da SEMA, e a segunda sendo a formação de um grupo de trabalho com prazo definido para discutir as melhorias das minutas de resolução, que foi aprovada por doze votos, tendo os Comitês de bacia Instituídos e a Vitoria Régia se abstendo de votar. Ficou definido que o Grupo de Trabalho será formado pelas entidades SEMA, FIEMT, SES, ABES CREA, UFMT E AMAGGI e deverá encaminhar sua proposta até o dia primeiro de julho para ser discutida na próxima reunião ordinária do CEHIDRO. Nada mais havendo a declarar o Secretario Executivo encerrou a reunião às 11h 23min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**ILSON FERNANDES SANCHES**

Presidente do CEHIDRO

em substituição

---

**NÉDIO CARLOS PINHEIRO**

Secretário Executivo do CEHIDRO

\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 16.07.2014.

\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.